

## PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

### POR MAIS E MELHORES TRANSPORTES PÚBLICOS COLECTIVOS AO SERVIÇO DO PROGRESSO, DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÓMICO E AMBIENTAL DO PORTO

Considerando:

- A importância estratégica dos transportes no desenvolvimento sustentável da Cidade, nas vertentes sociais, económicas e ambientais, como garantia da mobilidade dos seus cidadãos e visitantes;
- A garantia, na última legislatura, da significativa redução dos preços dos passes intermodais foi um passo importante para o aumento significativo de utentes dos transportes públicos.
- Que, ainda assim, após uma década de desinvestimento e descapitalização no sector público dos transportes na área metropolitana do Porto, as necessidades e a procura continuam muito acima da oferta existente situação comprovada pela sobrelotação nas linhas do metro e principais serviços da STCP, bem como pelo congestionamento automóvel que se vive diariamente na cidade do Porto;
- O incumprimento de todos os prazos para o desenvolvimento do plano de expansão do metro do Porto trouxe prejuízos graves à mobilidade da população e ao progresso e desenvolvimento da Cidade e da Área Metropolitana.
- Que se verifica que as últimas soluções avançadas para a expansão da rede de metro são à medida do parco investimento do Governo neste sector, continuando-se sem um planeamento estratégico que garanta um investimento contínuo a curto, médio e longo prazo.
- Que cada interrupção deste necessário desenvolvimento traz elevadas consequências ao nível dos custos de investimento a longo prazo (por exemplo, com a paralisação do projecto do metro na última década, a empresa Metro do Porto, perdeu para outras empresas e

países vários quadros técnicos que acompanharam e desenvolveram a 1ª fase de construção da rede de metro).

- Que também na STCP os últimos investimentos foram no sentido de colmatar as graves necessidades decorrentes do subfinanciamento crónico, o que comprometeu o desenvolvimento e expansão da operadora e prejudicou a qualidade dos serviços prestados.
- Que o combate à poluição urbana e a descarbonização devem ser uma prioridade nos próximos anos mas não pode ser suportada à custa dos impostos da população e dos trabalhadores e a medidas prejudiciais às rotinas de quem trabalha.
- Que nenhuma medida dissuasora será eficaz sem uma rede de transportes públicos em que seja possível garantir um serviço de qualidade e eficaz.

A Assembleia Municipal do Porto, na sua Sessão Extraordinária de 27 de Janeiro de 2020, recomenda à Câmara Municipal de Porto que desenvolva todos os esforços e iniciativas próprias e junto das entidades e organismos competentes, visando:

- O cumprimento de todas as medidas incluídas no PART, nomeadamente o passe família, o desconto de 50% para reformados e pensionistas e o alargamento do passe sub-13 a todas as crianças (medidas que estão em prática em Lisboa e ainda não no Porto);
- O desenvolvimento de uma política pública de investimentos de valorização do Metro do Porto e da STCP pelo reforço dos serviços existentes e a necessária expansão da oferta;
- A elaboração de plano de desenvolvimento estratégico dos transportes colectivos, articulado no âmbito metropolitano que garanta a curto médio e longo prazo na cidade:
  - a criação de novas linhas de metro na cidade em articulação com a expansão do serviço rodoviário da STCP, com prioridade às linhas do Campo Alegre e Casa da Música – Devesas;

- o cumprimento dos horários das linhas da STCP e a abertura de novas ligações rodoviárias garantindo as circulações dentro das freguesias e localidades, por exemplo a ligação entre a cota baixa e alta da Cidade no Centro, a maior cobertura na zona oriental de Campanhã, entre outras zonas com serviços muito reduzidos, assegurando a adequação do tamanho das viaturas às vias e necessidades da população;
- a criação de mais abrigos nas principais paragens de autocarro, com as devidas condições de segurança e conforto;
- o reforço das linhas do carro eléctrico;
- a reabilitação da ponte D. Maria Pia com garantia de serviço de transporte público eléctrico e a ligação e reactivação do túnel da Alfândega até Campanhã;
- o desenvolvimento de uma rede de parques de estacionamento dissuasores periféricos, de ligação aos meios de transporte público e gratuitos para os utentes desses transportes, com condições de segurança e acção fiscalizadora eficaz;
- O combate à criação de novos impostos, taxas e tarifas sobre a população como medida de combate à descarbonização.

A Assembleia Municipal do Porto delibera ainda remeter a presente recomendação para:

- Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética;
- Comissão Parlamentar de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação;
- Presidente do Conselho Metropolitano do Porto.

Porto, 27 de Janeiro de 2019

O Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária